

O NORTE de LEIRIA

DISTRITO

QUINZENÁRIO DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Avença
Proprietário: Dr. Ernesto Lacerda

Orgão nacionalista, defensor dos concelhos do Norte do Distrito de Leiria
Director e Editor: Dr. Joaquim Alves-Tomás Morgado

10 de Março de 1963
Chefe da Redacção: Prof. A. Paula Santos

ANO XI — REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, COMP. E IMP.: OFICINAS GRÁFICAS DA MINERVA CENTRAL — FIGUEIRÓ DOS VINHOS — TELEFONE 7 — N.º 245

Revisão da Lei Orgânica do Ultramar Português

EM sequência dos trabalhos realizados pelo Conselho Ultramarino, de 15 a 31 de Outubro do ano passado, sobre a revisão da Lei Orgânica do Ultramar Português, o Governo enviou, em 5 de Fevereiro último, à Assembleia Nacional a respectiva proposta de Lei.

Conforme largamente se referiu na devida altura, com o Conselho Ultramarino colaboram os vogais dos Conselhos Legislativos e de Governo de todas as províncias de além-mar e alguns qualificados representantes das actividades económicas de Angola e de Moçambique. Antigos Ministros e Subsecretários de Estado do Ultramar foram igualmente convidados para essas reuniões.

Numa significativa e admirável demonstração de unidade nacional, o Conselho concluiu o seu estudo pela aprovação, por unanimidade, de um certo número de princípios que deviam informar a revisão da Lei Orgânica, os quais serviram de base à elaboração desta proposta de lei. Do seu texto, que apresenta substanciais inovações, convém desde já destacar as principais, a saber: As Províncias passam a ter representação adequada na Câmara Corporativa, no Conselho Ultramarino e nos outros órgãos consultivos de âmbito nacional.

Deixa de existir o cargo de Secretário-Geral nas Províncias de Governo-Geral, que passa a poder ser preenchido nas Províncias de Governo simples.

Os secretários provinciais nas Províncias de Governo-Geral passam a gerir um conjunto definido de serviços agrupados numa «Secretaria Provincial».

São extintos os «Conselhos de Governo» nas Províncias de Governo-Geral e criados, em sua substituição, Conselhos Económicos e Sociais.

São criados Conselhos Legislativos nas Províncias de Governo simples.

Deixa de haver vogais nomeados nos Conselhos Legislativos, passando a ser todos eleitos.

E' criada em cada Província uma «Comissão Técnica de Planeamento e Integração Económica».

São criadas nos Distritos Juntas Distritais, com atribuições deliberativas e consultivas.

Diplomas cuja reunião se fará por força das alterações introduzidas:

A Lei que regula a organização do Ministério do Ultramar;

A Reforma Administrativa Ultramarina;

A Lei orgânica e o Regimento do Conselho Ultramarino;

O Estatuto do Funcionalismo Ultramarino;

O Estatuto Político-Administrativo de cada Província.

Igualmente merecem relevo especial as medidas de ampla descentralização administrativa, preconizadas pelo Governo:

Atribuição aos Governadores de competência para autorizar transferências de verbas e abertura de créditos.

Os quadros privativos do funcionalismo público das Províncias passam a ter como limite a categoria de Intendente ou equivalente.

Os órgãos legislativos das Províncias passam a ter competência para expedir diplomas reguladores da composição, recrutamento, atribuições e vencimentos dos funcionários privativos.

Os orçamentos passam a ser votados e elaborados na própria Província sem audiência prévia do Ministério do Ultramar.

Atribuição aos Governadores de competência para contraírem empréstimos, sujeitos unicamente a autorização prévia dos Conselhos Legislativos.

Referindo-se ao importante diploma, disse, na Assembleia Nacional, o Presidente, Prof. Doutor Mário de Figueiredo:

«Vai ser enviada para efeitos de parecer à Câmara Corporativa. Não a faço baixar a qualquer comissão, porque estou na ideia de promover que seja eleita uma comissão eventual, expressamente para o fim de estudar as alterações».

Já eleita, esta Comissão é constituída por 32 deputados e dela fazem parte 11 representantes dos círculos ultramarinos.

ELECTRIFICAÇÃO DE DUAS FREGUESIAS DO CONCELHO de Pedrógão Grande

A população do vizinho e amigo concelho de Pedrógão Grande, muito especialmente a das áreas directamente beneficiadas, recebeu com expressões do maior júbilo e reconhecimento a notícia de que o Governo havia participado com quase 1500 contos as obras de electrificação das freguesias da Graça e Vila Facaia.

Na verdade, o facto de ir começar em breve a importantíssima obra de electrificação das freguesias rurais daquele concelho é acontecimento decisivo para o progresso e bem-estar das populações. Por isso, não nos surpreenderam as manifestações festivas que surgiram mal houve conhecimento do notável melhoramento, tal como interpretamos acto de pura justiça os louvores e aplausos que aquelas populações distribuem pelos Ex.^{mos} Presidente, Vice-Presidente e Vereadores da Câmara Municipal pelo interesse e carinho dispensados ao magno assunto até se chegar à solução desejada e agora obtida.

Rev.º Padre Álvaro Ferreira

Por intermédio de seu pai, tivemos, recentemente, notícias do nosso prezado amigo e conterrâneo, Rev.º Sr. Padre Álvaro Ferreira, muito distinto e zeloso Pároco de Semide.

Muito gratos por elas e pelo pagamento da sua assinatura, feito na mesma ocasião, aqui lhe patenteamos o devido reconhecimento e formulamos votos sinceros das maiores venturas.

Bolsas de Estudo para Universitários

O «Diário do Governo» publicou um Decreto-Lei que eleva o número e o valor das bolsas de estudo para estudantes universitários.

Em vez das 125 existentes, no montante de 3000\$00 anuais, cada, entendeu-se oportuno elevar o seu número para 250 bolsas de 6000\$00, tendo em vista garantir o aproveitamento de todos os valores, incluindo aqueles que se encontram em precárias condições económicas, e atendendo a que é do desejo e da necessidade do Estado salvar, pelo seu auxílio, os que sem ele se perderiam, com grave prejuízo da colectividade.

Visado pela Comissão de Censura

Relatório da Gerência Municipal de 1962

(Continuação do número anterior)

g) — Escola de 4 salas e Cantina escolar, na Vila:

11 — Por demora na superior aprovação do anteprojecto, há muito elaborado, não puderam iniciar-se em 1962 as obras de construção desta moderna Escola com quatro salas de aula e instalações para Cantina Escolar, na sede do Concelho. O respectivo anteprojecto já se encontra, agora, aprovado por Sua Excelência o Senhor Ministro das Obras Públicas, estando neste momento a elaborar-se o projecto definitivo. Esperamos poder iniciar ainda em 1963 tão importante melhoramento.

h) — Os incêndios da Região:

12 — A nossa região tem sido flagelada nos últimos anos por constantes e volumosos incêndios na época estival, o que em muito vem afectar a já depauperada economia dos seus habitantes, além dos nos trazer num quase permanente estado de intranquilidade, de insegurança e até mesmo de desconfiança.

E' nossa arreigada convicção que uma grande parte desses fogos não são puramente casuais, devendo-se à acção criminosa do homem uns e à sua negligência, à sua criminosa imprevidência outros; é o caso dos improvisados negociantes de madeiras; é o caso de alguns pouco escrupulosos caçadores; é o caso dos proprietários negligentes que, por haverem substituído a adubação orgânica pela química, deixam crescer criminosamente os matos nos seus prédios, facilitando assim a eclosão e propagação do fogo; é o caso de pessoas vingativas que do fogo se servem para dirimir rivalidades pessoais e

querelas patrimoniais e será, perventura, o caso de alguns falsos portugueses que no fogo vêem uma arma de combate e de destruição de uma já deficitária economia.

Urge, por isso, estudar e pôr em prática eficazes medidas de prevenção e repressão contra o fogo, e para essa imperiosa necessidade chamamos a atenção do Governo, o que aliás já publicamente fizemos, em carta ou ofício de 3 de Agosto de 1962, dirigido ao jornal O SE'CULO, que aquele jornal publicou no seu número de 8 do mesmo mês.

13 — Não queremos encerrar esta alínea do nosso Relatório sem uma vez mais, publicamente, agradecermos a prestimosa e eficiente colaboração da Corporação de Bombeiros Voluntários desta Vila, e de tantas outras Corporações da Região; dos Regimentos de Infantaria 7 e Artilharia 4, de Leiria; da Base Aérea n.º 5 de Monte Real; das forças da G. N. R. de toda a área da Secção de Pombal, sem esquecermos essas gentes anónimas e sempre abnegadas que são todas as populações deste laborioso Concelho. A todos, portanto, o nosso profundo reconhecimento.

B) — DAS ACTIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL

I — Das Finanças Municipais

14 — O movimento de receitas e despesas subiu consideravelmente em 1962; por isso vamos

(Continuação na 2.ª página)

Auxiliar os Bombeiros Voluntários é concorrer para o Bem comum.



O Comandante de Caçadores 5, Sr. Tenente-Coronel Mário de Jesus Ferreira, fala aos soldados regressados da Guiné.

Relatório da Gerência Municipal de 1962

Pela freguesia da

GRAÇA

(Continua da 1.ª página)

examiná-lo, justificá-lo e confrontá-lo com o do ano anterior.

Assim:

Designação	1962	1961
DAS RECEITAS		
Saldo do ano anterior	9 038\$60	36 544\$20
Receita Ordinária	1 280 896\$30	1 166 475\$00
Receita consignada	118 445\$00	89 980\$80
Receita Extraordinária	1 284 623\$00	166 005\$00
Reembolsos e reposições	9 631\$80	
	2 702 634\$70	1 459 005\$00
DAS DESPESAS		
Despesa Ordinária	986 996\$80	1 008 267\$00
Despesa Consignada	118 245\$70	89 542\$60
Despesa Extraordinária	1 321 247\$00	352 156\$80
SALDO PARA O ANO SEGUINTE.	276 145\$20	9 038\$60
	2 702 634\$70	1 459 005\$00

16 — Justifica-se o aumento da receita ordinária em 1962, que foi de Esc. 114 421\$30, pelo paralelo aumento da base dos rendimentos declarados para a contribuição industrial, Grupo B, por banda do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, com referência à sua Agência desta Vila. Em 1963 essa receita voltará ao normal, em virtude do reajustamento dos contingentes de capital feitos por aquele estabelecimento bancário, o que para nós é efectivamente de lamentar.

17 — A receita extraordinária também foi superior à de 1961 em 1 118 618\$00, o que bem diz do movimento de obras participadas em 1962.

18 — De igual modo a diferença entre as despesas extraordinárias de 1962 e 1961 é dominada pelo referido incremento de obras; nas despesas ordinárias não houve diferença sensível.

19 — No fim do ano de 1962 apresentamos um saldo de 276 145\$20, que se justifica, além do mais, pela antecipação, do pagamento de participações que o Estado nos fez, para obras em curso em regime de administração directa da Câmara.

II — Obras e Melhoramentos Públicos

a) — Obras participadas pelo Estado:

20 — O ano de 1962 foi fértil em realizações participadas pelo Estado, que assim sumariamente se discriminam:

— Reforço do caudal da água à Vila	39 429\$00 (a)
— Rede de saneamento	86 788\$20 (b)
— C. M. de Chimpelães a Moninhos	207 500\$00
— C. M. de Figueiró ao Vale do Rio	236 559\$50
— C. M. da Ribeira Velha	8 795\$00
— C. M. do Carapinhão	66 196\$00
— Abastecimento de água a Aguiã	74 857\$30
— Abastecimento de água a Alge	3 000\$00
— Abastecimento de água a Bairo e C. Ferreiros	3 742\$50
— Arranjo do Jardim Público (resto)	18 500\$00
— Reconstrução do Vale do Rio	546 068\$10
— Electrificação de Aguiã, Almofalas e Aldeia	9 045\$00 (c)
— Abertura de uma nova rua na Vila	4 500\$00
— Abastecimento de água a Arega, Pelouro e Castanheira	3 000\$00 (c)
— Transferência da energia eléctrica	3 000\$00 (d)
— Pontes de mergulho	10 254\$90
	1 321 247\$00

(a) — Inclui o pagamento de 34 929\$00 à Lusite e 4 500\$00 a João Menino, referente a gerências anteriores a 1960; (b) — In-

clui 75 593\$20, pago de expropriações para a estação de tratamento; (c) — Custo de projectos; (d) — Honorários (provisão de) do perito do Estado para a avaliação.

Não devemos esquecer que estão obras em curso que se prolongarão pelo ano de 1963, pelo que as respectivas rubricas voltarão a aparecer em futuros Relatórios.

b) — Obras não participadas pelo Estado:

21 — Continuou-se no ano de 1962 a salutar política dos pequenos empreendimentos nos meios rurais, aliás tão necessários e apreciados, a par da conservação e beneficiação dos edifícios e instalações municipais.

A seguir damos esquemática nota das despesas daí resultantes, pela forma seguinte:

— Reparação de edifícios municipais (Paços do Concelho; Bairro Municipal; Casa dos Magistrados e Mercado)	32 181\$60
— Reparação de estradas e caminhos	43 154\$50
— Reparação de calçadas e ruas	6 619\$20
— Construção e reparação de pontes	36 664\$50
— Reparação e conservação de fontes	9 843\$90
	128 463\$70

22 — Na rubrica pontes incluem-se as remodelações das pontes da Lavandeira, Telhada e Água de Alta; na rubrica de fontes incluem-se beneficiações nas fontes de Moninhos Cimeiros, Moninhos Fundeiros e Coelheira, algumas delas em conclusão e ainda na de Saonda; na rubrica de caminhos incluem-se verbas destinadas a todas as freguesias do Concelho.

III — Despesas com o pessoal

23 — As despesas com vencimentos de pessoal, incluindo os dos Professores da Escola Secundária, e abonos de Família, atingem o montante de 478 974\$00 e correspondem sensivelmente a 40% das receitas ordinárias.

IV — Dos serviços de iluminação, águas e limpeza

24 — A iluminação pública continua a ser deficiente e só depois de operada a transferência da concessão para a Câmara poderá pensar-se na sua modernização.

25 — Com a grande estiagem de 1962, o problema da distribuição de águas na Vila foi um verdadeiro tormento para o consumidor e para o Município. Já

atrás nos referimos largamente a este problema e às sombrias perspectivas para o próximo Verão, pelo que nos dispensamos de aqui repetir o que ali dissemos.

26 — Os serviços de limpeza mantiveram-se ao largo de 1962 com a mesma eficiência iniciada em 1961; apenas uma vez mais se pede a colaboração do público e das forças de polícia (G. N. R.), por forma a aperfeiçoar-se cada vez mais e a desaparecerem por completo certas anomalias comprometedoras, para as quais as leis prevêem as respectivas sanções penais.

27 — As despesas com a manutenção destes Serviços foram seguintes:

Iluminação:

1 — Energia para iluminação pública	12 650\$00
2 — Aquisição de lâmpadas e outro material	2 946\$30
3 — Reparação da rede	1 031\$10
	16 627\$40

Águas:

1 — Aquisição de contadores e outro material	25 722\$70
2 — Reparação de máquinas da central elevatória	2 313\$30
3 — Reparação da rede de distribuição	4 947\$60
4 — Energia para elevação de águas	10 882\$90
5 — Remuneração do encarregado da Central	5 444\$00
	49 310\$50

Limpeza:

1 — Salário dos varredores	11 938\$70
2 — Recolha domiciliária e transporte de lixo	7 200\$00
	19 198\$70
TOTAL	85 136\$60

V — Dos Serviços de Cultura e Instrução

a) — Subsídios concedidos:

28 — Em 1962 concederam-se os seguintes subsídios: à Filarmónica Figueirense 3600\$00; à Associação Desportiva 1000\$00. Mantive-se a cedência gratuita das instalações da Filarmónica e residência do Maestro.

b) — Escolas Primárias:

29 — Encontrando-se completo o programa de construções escolares nos meios rurais, apenas falta construir a Escola da Sede, com 4 salas e Cantina, a que atrás nos referimos. Não houve, por isso, em 1962 qualquer nova construção.

Fizeram-se no entanto algumas pequenas reparações em edifícios escolares, adquiriu-se algum material didáctico, tendo-se despendido a quantia de 12 564\$60; a participação do Município nas despesas com o Plano das Construções Escolares foi, em 1962, de 30 566\$00.

c) — Escola Secundária Municipal:

30 — O ano lectivo em curso, iniciado em Outubro de 1962, é o de maior número de alunos inscritos, para o que decerto contribuíram os bons resultados obtidos no ano lectivo 1961/1962; daí, porque a Escola é uma fonte de elevação do nível cultural do Concelho, que continue a reconhecer-se a sua imperiosa necessidade, dedicando-se-lhe o melhor dos carinhos.

As receitas da Escola foram no montante de 208 840\$00 e as despesas subiram a 202 849\$60, pelo que se verificou um saldo credor de 5990\$40, o que nos aprez registrar.

Diga-se, por último, que no início deste ano lectivo se encomendou todo o material didáctico de que a Escola estava tão carecida, subindo o seu custo a mais de 50 000\$00, cujo pagamento

será feito no corrente ano. E assim ficou a Escola perfeitamente apetrechada e, por isso mesmo, mais apta a bem ensinar, como lhe cumpre.

VI — Dos Serviços de Assistência

31 — Mantive-se em 1962 a derrama, cujo rendimento foi de 66 459\$80, sendo as despesas com os serviços de saúde no montante de 66 243\$50, assim distribuídas:

— Pagamento com o internamento de doentes pobres	41 943\$50
— Subsídio à Santa Casa da Misericórdia (Hospital)	12 000\$00
— Subsídio à Comissão Municipal de Assistência	11 000\$00

— Subsídio ao Governo Civil, para a Colónia de Férias	1 300\$00
	66 243\$50

A estes subsídios há que acrescentar o de 4800\$00 concedido pela Comissão Municipal de Turismo à C. M. de Assistência para a extinção da Mendicidade. Durante o ano de 1962 passaram-se 56 guias para internamento de doentes pobres em vários estabelecimentos hospitalares.

VII — Dos Serviços de Incêndios

32 — A Câmara Municipal concedeu em 1962 o subsídio de 5000\$00 à prestimosa Corporação de Bombeiros Voluntários desta Vila, que na época estival desenvolveu uma actividade verdadeiramente heróica e aliás esgotante, acudindo sempre prontamente às dezenas de fogos que na área deste Concelho, e nos limítrofes, se declararam com grave violência, atingindo alguns deles aspectos e volume verdadeiramente alarmantes. O Conselho Nacional de Incêndios concedeu-lhe o insignificante subsídio de 6000\$00, o que se lamenta.

A Câmara concedeu ainda à benemérita Corporação facilidades para a sua decente instalação e do seu já muito volumoso e eficaz material, e no orçamento de 1963 fez para tanto inscrever um substancial subsídio. Bem o merece a Corporação, que é sem dúvida nenhuma uma das mais simpáticas e prestimosas instituições do nosso Concelho, que muito lhe deve.

(Continua na 4.ª página)

O contrabando é um delito contra a Economia Nacional.

Anunciar em «O NORTE DO DISTRITO» é fazer chegar o nome dos produtos de V. Ex.ª a todo o Mundo.

A electricidade vai ser uma realidade na freguesia da Graça

Acaba de ser dotada pelo Estado com o importante subsídio de 1494 000\$00 a obra de electrificação das freguesias da Graça e Vila Facaia.

Aguardada com natural ansiedade e justificado interesse, desde há tempos, tal notícia causou o maior regozijo nesta freguesia, pela próxima satisfação de uma das suas mais nobres e justas aspirações.

Tão avultado subsídio — pouco vulgar em dotações deste género — vem demonstrar a boa-vontade, carinho e devotado interesse que à actual edilidade mereceu a resolução de tão importante problema e de outros de que dependem o progresso do concelho e bem-estar dos seus habitantes, desde a primeira hora manifestados.

Cientes das dificuldades que foi necessário vencer e dos obstáculos que foi mister remover com vista à concretização de tão nobre como útil objectivo, exultamos de alegria com o êxito obtido e felicitamos os povos que proximamente vão beneficiar de tão grande melhoramento, que ficará a assinalar o início de nova era de progresso e engrandecimento para o concelho de Pedrógão Grande, até há poucos anos tão esquecido da acção do Estado Novo.

Por tão assinalado êxito daqui rendemos o preito da nossa gratidão a todos que devotadamente contribuíram para a consecução da obra a executar dentro em breve, sendo digna de especial menção a actuação, carinho e amor bairrista sempre demonstrados pelo Vice-Presidente do Município, Sr. Angelo Pereira, que jamais conheceu desânimos ou desfalecimentos no decurso dos trâmites burocráticos por que tinha de passar o processo respectivo, até final aprovação e dotação.

Falecimentos

No lugar da Pereira, onde residia, faleceu com a idade de 56 anos a Sr.ª Belmira David Simões, esposa do Sr. Angelo Simões e mãe extremosa da menina Maria Helena David Simões, ainda menor. A sua morte, inesperada, foi muito sentida, tanto mais quanto é certo que gozava de geral simpatia e contava com a amizade de todas as pessoas com quem privava, sendo disso inequívoca demonstração o elevado número de pessoas que a acompanharam à última morada — número computado em mais de mil.

Também na sede desta freguesia e com a idade de 56 anos faleceu a Sr.ª D. Lucinda da Conceição, esposa do comerciante local Sr. Joaquim Mendes, que há tempos vinha sofrendo de grave doença. No seu funeral tomaram parte numerosas pessoas.

Graça, Março de 1963. — C.

Notícias Militares

Inspecção de Mancebos

Os mancebos a inspecionar no corrente ano que tenham a sua residência em concelho diferente do seu recenseamento e pretendam ser inspecionados no concelho em que moram devem requerê-lo ao chefe do Distrito de Recrutamento e Mobilização respectivo, até 15 de Abril desde que ali residam há mais de 30 dias.

O MELHOR **PÃO-DE-LÓ**
É O DA
CONFEITARIA Santa Luzia

DE *A. C. Campos*

TELEFONE 129

FIGUEIRO DOS VINHOS

B A V

Barreiros-Agência de Viagens, L.da

Avenida Torres Pinheiro, 104, Telef. 32643

T O M A R

Passagens aéreas, marítimas e terrestres.
PASSAPORTES: vistos, revalidações,
individuais e colectivos.

Reserva de Hotéis no País e Estrangeiro.
Excursões e cruzeiros.

Informações sobre o Turismo Nacional
e Internacional.

Elias Tavares Cravo
MÉDICO-ESPECIALISTA

Doenças dos olhos - Operações

Consultas no Hospital de
Figueiró dos Vinhos, no 1.º
e 3.º sábado de cada mês,
às 9h 30m.

TRILHO Y BLANCO
MÉDICO-ESPECIALISTA

Ouvidos - Nariz - Garganta

Consultas no Hospital de
Figueiró dos Vinhos, nas
1.ªs e 3.ªs quartas-feiras de
cada mês, às 9h 30m.

NECCHI

A MÁQUINA DE COSTURA
DE FABRICAÇÃO ITALIANA
E REPUTAÇÃO MUNDIAL

TRÊS MODELOS

EM EXPOSIÇÃO NO AGENTE
PARA OS CONCELHOS DE
**ALVAÍZERE, ANSIÃO,
CASTANHEIRA DE PÊRA,
FIGUEIRÓ DOS VINHOS,
PEDRÓGÃO GRANDE
E SERTÃO**

ANÍBAL SILVEIRA HERDADE

EM

FIGUEIRÓ DOS VINHOS

TELEFONE N.º 43

NECCHI A MÁQUINA
DE COSTURA
SÓLIDA, PERFEITA E DE DURAÇÃO
ILIMITADA

Manuel Alves da Piedade

Médico

CLINICA GERAL

Telefone 98

FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Henrique Lacerda

Advogado

TELEFS. { Residência, - 41 PPC
Escritório, - 89

FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Joaquim Alves Tomás Morgado

Advogado

Telefone 7

FIGUEIRÓ DOS VINHOS

O ÚNICO

PÃO-DE-LÓ

QUE SE VENDE EM TODO O
MUNDO PORTUGUÊS É O DA

Fábrica de Santo António dos Milagres

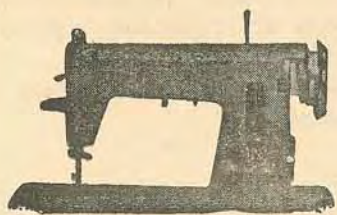
DE

Figueiró dos Vinhos

— Telefone 50 —

Máquinas de Costura

S U P R E M A



Bobine central, cose para a
frente e para trás, passaja
e borda.

Agente de vendas

IROLINDA NUNES GURADO

TELEFONE 34

Figueiró dos Vinhos

TERRABELA-HOTEL

UM DOS MELHORES DA PROVÍNCIA

INSTALAÇÕES MODERNAS

BAR — CAFE — RESTAURANTE — BILHARES



Serviços de Casamentos e Baptizados

PREÇOS ESPECIAIS



FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Telefone 55

Leia e divulgue este Jornal **Assine este JORNAL**

M. TEIXEIRA

SUCESSOR DE

Soç. Comercial Figueirense, L.da

(ANTIGA PRISTA)

Telefone 81

FERRAGENS E TINTAS AGENTE DA «ROBIALAC»

Correspondente do Banco Pinto de Magalhães, L.da

FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Luis Frias Fernandes

Médico

DOENÇAS DAS CRIANÇAS — CLÍNICA GERAL

TELEFONE 38

FIGUEIRÓ DOS VINHOS



Lusalite

(Marca Registrada)

AGENTE E DEPOSITÁRIO

NOS CONCELHOS DE:

Figueiró dos Vinhos — Pedrógão
Grande — Castanheira de Pera
e Ansião



Cimento «LIZ»

Cal Hidráulica «MARTINGANÇA»

Cimento branco «CIBRA»

ANÍBAL SILVEIRA HERDADE

COMISSÕES E CONSIGNAÇÕES

TELEF. 43

FIGUEIRÓ DOS VINHOS

ÓLEOS VEEDOL

Tinta para pintar paredes **MURÁGUA**

Materiais sanitários e seus pertences
Tubo de ferro galvanizado, grés, fibrocimento
Ferro para cimento armado, pregaria, estafe
Gesso - Carbonil - Tintas e vernizes

TELHA - TIJOLO - ADUBOS

O
TELEFONE

5

INSTALADO NA PRA-
ÇA DE AUTOMÓVEIS
ATENDE TODOS OS
DIAS E A QUALQUER
HORA.

CHAMADAS PARA

**AUTOMÓVEIS
DE ALUGUER**

Encomende à Tipo-
grafia deste jornal os
impressos de que ne-
cessite.
Ficará bem servido.

**PROPRIEDADE
VENDE-SE**

a 3 km. de Figueiró dos
Vinhos, à beira da estrada
de Pedrógão Grande, com-
posta de terra de regadio,
videiras, oliveiras, mato e
pinheiros.

Resposta a António Cam-
pos — Figueiró dos Vinhos.

Relatório da Gerência Municipal de 1962 DA CAPITAL PARA A PROVÍNCIA

(Continuação da 2.ª página)

C) — DA GERÊNCIA DA COMISSÃO MUNICIPAL DE TURISMO

I — Finanças do Turismo

33 — O movimento de receitas e de despesas da Comissão Municipal de Turismo no ano de 1962 foi o seguinte:

Designação das verbas	Receita	Despesa
Saldo de 1961	12 367\$70	
1 — Receita ordinária	60 228\$70	
2 — Subsídio à Comissão Municipal de Assistência		4 800\$00
3 — Conservação, reparação e beneficiação do Parque e jardins anexos		12 250\$70
4 — Remodelação da iluminação eléctrica no Jardim		16 810\$00
5 — Repovoamento e fiscalização da pesca na Ribeira de Alge		4 923\$00
6 — Publicidade e propaganda		6 400\$00
7 — Outras despesas obrigatórias, incluindo as consignadas		14 587\$40
SALDO PARA O ANO SEGUINTE	12 825\$30	
	72 596\$40	72 596\$40

II — Das Actividades do Turismo

34 — Em 1962 continuou-se a obra iniciada em 1961, qual seja a do fomento e propaganda do turismo regional. Para tanto cuidou-se do Jardim-Parque e da Concessão de Trutas da Ribeira de Alge, para o que se fez alguma propaganda na Imprensa e nas Revistas da especialidade. Muito mais haverá, por certo, a fazer, mas temos de reconhecer que as nossas possibilidades financeiras não consentem, por enquanto, mais altos voos.

Haverá também que rever o problema hoteleiro, que necessita de ser encarado em novos e mais modernos moldes, ajustando-se às necessidades do Concelho e da região. Para este capítulo do Turismo chamamos desde já a atenção da única unidade hoteleira da Vila, na esperança de que ela se actualize e corresponda aos anseios de todos nós.

D) — CONCLUSÕES

35 — Pelo que acaba de sucin-

Pagamento de Assinaturas

Directamente, ou por intermédio de familiares, foram liquidadas as assinaturas dos prezados amigos, Srs.:

— António Conceição Joaquim, residente em França; Guilherme Graça de Carvalho, residente na Venezuela;

— Alfredo Nunes, José Simões Baptista, Acácio de Almeida Santos, residentes em Moçambique;

— Manuel Carvalho Henriques, residente em Angola;

— Mário Lopes, residente na Ilha do Príncipe;

— José Lopes Barreto, António José Carvalho, do concelho de Pedrógão Grande;

— D. Maria Rosa Rodrigues Dimis e Manuel Tomás Sousa, do Concelho de Castanheira de Pera;

— Abílio Jorge, Faustino Borges do Rego, Manuel Lopes, da freguesia de Aguda;

— Francisco Tomás, residente em Mem Martins, Tibério Augusto Paiva, residente no Porto, António Simões Pires, residente em Tomar;

— Renato Simões, residente em Várzea Redonda; Manuel Lopes, residente da Coelheira.

Os nossos agradecimentos a todos.

tamente se relatar, verifica-se que o ano de 1962 foi pródigo em obras e iniciativas que directamente interessavam ao Concelho.

E' nos grato salientar que o Estado jamais nos regateou a sua ajuda e que não se notaram atrasos nos pagamentos das participações; pelo contrário: em alguns casos houve até adiantamentos, aliás não solicitados. Oxalá que no futuro possa res-

pirar-se o mesmo clima de tranquilidade e o mesmo ritmo de empreendimentos.

36 — E' chegada a altura, depois de uma tão longa exposição, de solicitar a V. Ex.ª a aprovação dos actos da nossa administração no ano de 1962, cumprindo-nos afirmar mais uma vez que em todos os momentos e em todos os actos tivemos sempre em mente servir, o melhor que podemos e sabemos, os Superiores interesses do Concelho, ao qual nos dedicamos de alma e coração. Figueiró dos Vinhos, 10 de Fevereiro de 1963.

O Presidente da Câmara Municipal,
Henrique Vaz Lacerda

FESTAS DA PÁSCOA (AVRIL AU PORTUGAL)

Dia do Turista

Inclui-se no programa das «Festas da Páscoa» (Avril au Portugal) oportunamente tornado público, o *Dia do Turista*. Porque a todos cabem obrigações na Recepção Turística, para que a iniciativa que se projecta atinja a finalidade desejada exige-se a cooperação de muitos e variados sectores — públicos e privados. Porém, a nossa tradicional hospitalidade e as colaborações com que desde já se conta asseguram necessariamente resultados positivos para a Campanha que se pretende empreender.

Deste modo anuncia-se o seguinte:

1 — O Dia do Turista será em 20 de Abril.

Nesse dia procurar-se-á proporcionar a todo o estrangeiro que se encontre de visita ao nosso País certas deferências e atenções que marquem significativamente a nossa tradicional hospitalidade;

2 — As formas a utilizar para homenagear o turista poderão ser as mais variadas: desde o dístico com expressões de boas-vindas nas entradas de fronteiras, meios de transporte e noutros lugares públicos, às ofertas de amostras de produtos portugueses; facilidades nas aquisições efectuadas pelos turistas ou nos serviços que a eles se prestem;

3 — Havendo um grande número de actividades directas ou indirectamente ligadas ao Turismo e na impossibilidade de se contactar com todas, solicita-se e agradece-se que informem acer-

Justiça e Verdade

Desde «menino e moço» que sempre ouvimos, sempre nos ensinaram que a Justiça, no seu aspecto objectivo, é essencialmente proporção, equilíbrio, adequação entre as exigências reciprocas de todos os membros do corpo social.

No seu aspecto subjectivo, a Justiça é uma virtude, e precisamente a virtude por excelência, que, segundo a forma clássica, dá a cada qual o que lhe pertence na base de uma igualdade fundamental, pensamento que o meigo Rábino da Galileia sintetizou nestas palavras:

«A César o que de César».

Por sua vez, Dante ensinou que Justiça é a proporção real e pessoal existente entre os homens que, quando conservada, conserva a Sociedade, e se destruída, a destrói também.

Se se condena um homem injustamente, esse homem, em vez de enveredar pelo caminho da regeneração — principio fundamental da Justiça — caminha para a revolta.

*

Difícil é, portanto, a missão

Maria Rosa Pereira

Na residência de seu filho, nesta vila, faleceu no dia 2 do corrente a Sr.ª Maria Rosa Pereira, viúva, de 84 anos, que era natural das Bairradas.

A sua morte foi muito sentida, não só por inesperada, mas, ainda e sobretudo, por se tratar de pessoa muito estimada no meio, dadas as boas qualidades de que sempre deu provas em todos os seus actos.

Era mãe muito extremosa do nosso prezado amigo e patrício Sr. José Pereira Mendes, proprietário, casado com a Sr.ª Maria Rosa Martins; e avó dedicadíssima dos Srs. Armando Pereira Martins, empregado da firma «Manuel Freitas Lopes & Irmão, Lda», no Chãvelho, casado com a Sr.ª Rosa da Conceição Pires, Henrique Pereira Martins, estudante do 7.º ano liceal, Antonino Afonso Martins Mendes, funcionário da Casa da Moeda e estudante de Escultura, e Belmiro Martins Pereira Mendes, estudante liceal.

O funeral realizou-se no dia seguinte, com grande acompanhamento, para o cemitério local.

Sentidos pêsames à família enlutada.

Manuel Mendes Medeiros

Também nesta vila, de onde era natural, faleceu no dia 8 p. p. o nosso estimado amigo Sr. Manuel Mendes Medeiros, de 47 anos, Encarregado da Agência local da empresa de camionagem «Adelino Pereira Marques, Lda», que era casado com a Sr.ª Alzira das Neves Medeiros.

Apesar de doente há tempo não se esperava tão rápido desenlace.

O extinto, pessoa geralmente estimada no meio, deixa 10 filhos e era irmão dos nossos prezados amigos Srs. Justino, José e Sebastião Mendes Medeiros.

A toda a família enlutada apresentamos sentidas condolências.

ca da colaboração que podem oferecer, dirigindo-se à Direcção dos Serviços de Turismo do S. N. I. — Palácio Foz — Lisboa.

daqueles que têm de a administrar.

E se não há um especial cuidado no recrutamento das pessoas a quem esse dever compete, aí estamos nós caídos no abismo.

Se essa missão se entrega, por exemplo, nas mãos de quem julga,

Por CARLOS BEIRÃO

asnaticamente, que os homens se distinguem pelo tamanho da sua testa; pela brancura e goma dos seus colarinhos; pela qualidade das suas gravatas de boa malha inglesa, dos seus fatos da mesma proveniência; de quem se preocupa com o bom nome que criou o seu alfaiate, de quem pretende marcar a sua presença pela qualidade dos perfumes que usa, de quem perde o controle dos seus nervos, de quem, enfim, supõe que os homens se distinguem pela verticalidade do corpo que não pela verticalidade da alma, caímos no descrédito.

Se essa missão incumbir a quem tenha a preocupação de conduzir as afirmações dos declarantes, arguidos ou testemunhas de mo-

Lagoa, Henriques & Pedrosa, L.ª

Certifico que, por escritura de 8 de Fevereiro de 1963, lavrada de fl. 65 a fl. 67 v.º do livro n.º 10-D, das notas do 4.º cartório notarial de Lisboa, a cargo do notário bacharel António Augusto Jorge Marçal:

a) Foi elevado a 600 000\$00 o capital da sociedade Lagoa, Henriques & Pedrosa, L.ª, com sede em Pedrógão Grande e estabelecimento na mesma vila;

b) O reforço, na importância de 585 000\$00, foi realizado pela seguinte forma: 215 000\$00, a dinheiro, subscrito por todos os sócios na proporção das suas quotas; 120 000\$00 retirados do fundo de reserva legal, que assim ficaram incorporados no capital; 250 000\$00 representados por todos os valores provenientes da avaliação do fundo de comércio e de indústria e das necessárias reavaliações;

c) Em consequência, o artigo 4.º do pacto social foi substituído pelo seguinte:

4.º

O capital social é de 600 000\$, está inteiramente realizado, a dinheiro e nos diversos bens e valores da sociedade, conforme a escrituração, e corresponde à soma das quotas seguintes: uma de 300 000\$00, da sócia Gedin — Gestora de Investimentos, S. A. R. L., outra de 100 000\$00 do sócio Arnaut Vicente Pedrosa; outra de 100 000\$00, do sócio Vicente Marques Pedrosa, e outra de 100 000\$00, pertencente metade à sócia Maria da Assunção Henriques e uma quarta parte a cada um dos sócios Manuel Aires Henriques e Aida Assunção Henriques.

Está conforme ao original.

Lisboa, 12 de Fevereiro de 1963.

O Terceiro-Ajudante do Cartório Notarial,

José Leal de Jesus Coutinho

João Luís Nunes

Tivemos há dias o prazer da visita deste nosso estimado amigo, considerado proprietário do Carapinhão, que regularizou a sua assinatura.

Muito e muito obrigados.

do a irem ajustar-se com as deste ou daquele, já prestadas, aí estamos nós caídos na indisciplina do espírito.

Se essa missão for incumbida a quem, longe de poder moralizar pelos péssimos exemplos que nos oferece, pretenda apenas fazê-lo por vãos conselhos, que, aliás, tente incutir com habilidades tregas, aí da Justiça.

Se essa missão se entrega nas mãos de quem entenda que uma afirmação proferida por um General não pode ser destruída por uma outra produzida por um modesto soldado; que uma afirmação dum chefe não pode ser desfeita por a dum seu subalterno; se se entrega nas mãos de quem desrespeite os mais modestos princípios erectos em matéria de prova, caímos no caos social.

Realmente, a verdade das afirmações proferidas não pode ser apañado da função, a verdade não pode nem deve constituir atributo acessório da hierarquia.

Felizmente que nenhuma lei outorga semelhante regalia a quem quer que seja.

A Verdade, é só a Verdade!

A Justiça, é só a Justiça!

O crédito das nossas afirmações não está na razão directa da função que exercemos, pois esse crédito representa um prémio que a sociedade lega à honradez e isenção de cada uma.

Administrar Justiça com pleno abandono dos sagrados princípios que Cristo, há mil e tantos anos, tão solenemente legou ao Mundo é conduzir um povo para a ruína.

*

Conta-se que, na Alemanha, um pobre moleiro propôs em tribunal uma acção contra o rei Frederico «o Grande».

A acção foi julgada a favor do moleiro, e este, que assistiu à audiência de julgamento, logo bradou em voz alta:

— Ah! Ainda há Juizes na Alemanha!

*

Felizmente que nem todos aqueles a quem compete a alta e espinhosa missão de aplicar a Justiça, alinham nos defeitos que apontamos nestas considerações oportunas, pelo que, e finalmente, tal como o pobre moleiro alemão, também nós podemos afirmar afoitamente:

— Ah! Ainda há Juizes em Portugal!

AJUDE O ARTESANATO!

— comprando «filigranas» e «pratas».

Alcídes de Oliveira Ramos

Por intermédio de sua filha, estudante liceal Menina Andreza dos Santos e Silva de Oliveira, foi paga a assinatura do nosso estimado amigo e conterrâneo, Sr. Alcídes de Oliveira Ramos, que há anos exerce a sua actividade em S. Tomé, onde ocupa posição de relevo.

Os melhores agradecimentos.

Colaborar com o contrabandista é contribuir para a ruína do País e dos comerciantes honestos.

AJUDE O ARTESANATO!

— comprando «bonecos» da Nazaré.